

# *a economia positiva:*

*considerações sobre o núcleo teórico do programa de pesquisa neoclássico*

*Agnaldo Valentin\**

## *1. Introdução*

É INEGÁVEL O CRESCENTE interesse sobre questões concernentes ao método da ciência econômica, principalmente associado às dificuldades práticas que são atualmente enfrentadas pelos economistas no exercício dessa ciência. Deste interesse deriva a necessidade de visitar o desenvolvimento do pensamento econômico, objetivando buscar a estrutura lógica que permitiu a construção do corpo de conhecimentos que hoje está difundidos na economia, na esperança de, ao localizar possíveis desvios lógicos, poder atuar de forma corretiva, salvando a ciência de uma crise auto-reflexiva. Por outro lado, fazer o mesmo caminho pode ser uma forma de desvendamento das contradições originadoras da angústia que vem vitimando um número cada vez maior de economistas.

Este artigo foi concebido tendo, como pano de fundo, as considerações feitas por Blaug (1973, 1980) acerca do que se convencionou chamar de Revolução Marginalista ou Neoclássica, justamente na adequação do termo “revolução”. Ao examinar as possibilidades de utilização do

esquema lakatosiano na economia, Blaug (1988) sugere que as inovações introduzidas por Jevons, Menger e Walras devem ser encaradas não como um novo programa de pesquisa, mas sim como um acréscimo progressivo no programa de pesquisa clássico iniciado por Adam Smith. Seu posicionamento é, portanto, epistemologicamente favorável aos termos “clássico” e “neoclássico”, que revelam uma continuidade entre os dois momentos históricos. A perda de conteúdos envolvida nesse processo referir-se-ia mais a um conjunto de idéias incoerentes e que careciam de implicações empíricas no final do século XIX. Especificamente, Blaug afirma que os autores neoclássicos nada têm contra o núcleo teórico construído por Adam Smith; o problema refere-se aos acréscimos feitos em sua heurística positiva por Ricardo ao programa, principalmente no que se refere à produtividade da agricultura como controladora da taxa de lucro sobre o capital investido. Tais acréscimos começaram a produzir sinais de degeneração ao longo da segunda metade do século XIX, mas sobreviveram na Inglaterra até quase o final do século, através dos trabalhos de Cairnes e do próprio Jevons.

No entanto, essa influência não se fez presente nos trabalhos dos economistas do continente. Os trabalhos de Menger e Walras, segundo Blaug, caminham no sentido da determinação dos preços, favorecendo a questão da demanda, em detrimento dos esforços do programa clássico na atuação da “mão invisível”. A estas mudanças Blaug atribui o caráter “progressista”, tratando-se de uma reavaliação do objeto de estudo da ciência econômica; tal mudança poderia ser devida à história externa ao programa de pesquisa, mas Blaug tende a acreditar que se trata de uma explicação do tipo reconstrução racional, desconsiderando o aspecto histórico entre os autores neoclássicos e seus predecessores. De fato, causa espécie Blaug não considerar as diferenças entre o capitalismo da época de Smith e suas mudanças, até o surgimento do pensamento marginalista.

## *2. A imposição da racionalidade instrumental*

Ao deslocar o problema para o estudo da demanda, surge a necessidade de uma ciência econômica capaz de fazer previsões. O termo previsibilidade deveria fazer parte de uma lista de palavras problemáticas

aos ouvidos dos economistas. Fazer previsões está condicionado a hipóteses de estabilidade ou de comportamento aleatório, de tal forma que seja possível, através de instrumentos matemáticos ou estatísticos, afirmar qual será o comportamento dos agentes econômicos diante de uma mudança em uma das variáveis do modelo em questão. Esta é uma preocupação que está presente nos autores neoclássicos mas que não tem a mesma força em seus antecessores clássicos. Em outras palavras, a percepção do capitalismo feita pelos neoclássicos, enquanto forma de organizar a produção, tem um componente de maturidade que está ausente nos autores do programa clássico. Isso é reflexo do grau de organização das forças produtivas em meados do século XIX em comparação ao século anterior. É este diferencial que estimulou aos neoclássicos o exercício da previsibilidade, não só enquanto exercício teórico, mas também em função de uma maior demanda por parte do setor produtivo em organizar sua produção frente a um mercado que se expandia rapidamente. Mas esta questão é mais ampla.<sup>1</sup>

O século XIX marca definitivamente, na Europa, a instalação de uma nova cultura que se funda na ampliação da base técnica e na organização do processo produtivo através da divisão do trabalho, produzindo um excedente de bens que, para além do atendimento das necessidades humanas, cria também um excedente de riqueza. Esta riqueza gera um problema que envolve a busca de um critério de distribuição, de modo desigual mas legítimo, desse excedente. Este problema é original na história do homem, pois só o capitalismo possibilita a instalação de um mecanismo que promova o crescimento da produtividade, ainda que sujeito a crises; em outras palavras, o sistema consegue internalizar o processo de inovação tecnológica. Mas a sua institucionalização passa, fundamentalmente, por uma mudança de racionalidade; a dominação tradicional, baseada em imagens do mundo míticas, religiosas e metafísicas, possui uma lógica que se adequa a um mundo limitado pelo domínio da irracionalidade. A era moderna, ao eleger a racionalidade das relações meio-fim, põe em xeque essa legitimação e instala a derrocada desse sistema.

Nesse sentido, o capitalismo oferece um novo modelo de legitimação, fundado na instituição do mercado, onde proprietários privados trocam mercadorias e não-proprietários oferecem a força de trabalho como um equivalente nas relações de troca, baseado em uma suposta relação de reciprocidade quando da efetivação dessa troca. Além disso, essa recipro-

cidade também é responsável pela organização dos processos de produção e reprodução social. Assim, a ideologia da burguesia e seu domínio sobre a estrutura social se legitima tanto “por baixo” como “por cima” desta estrutura.

A institucionalização “por baixo” se origina a partir da pressão adaptativa entre a força de trabalho, de um lado, e o empresário capitalista, de outro. Assim, as formas tradicionais sujeitam-se à nova racionalidade instrumental em todos os âmbitos: organização do trabalho, rede de transportes, de notícias e comunicação, instituições de direito privado e a burocracia estatal. Aos poucos, ela se apodera de todas as esferas vitais: sistema escolar, defesa, saúde e até da família. De outra parte, esse processo pressiona uma institucionalização “por cima”, pois as tradições que legitimavam a dominação e orientavam a ação perdem força diante dos novos critérios impostos pela racionalidade instrumental. Assim, imagens do mundo e objetivações tradicionais são substituídas por convicções de ética subjetivas, que garantem o caráter vinculante e privado das novas orientações de valor, segundo construções que proporcionam, ao mesmo tempo, a crítica do sistema anterior e sua reorganização consoante princípios da formalidade jurídica e das relações de troca. Portanto, a nova legitimação, ao substituir as legitimações tradicionais de dominação, ao apresentar-se com pretensões de ciência moderna e ao se justificar a partir da crítica ao sistema anterior, define-se enquanto ideologia em seu sentido estrito.

É sobre o novo papel da ciência, enquanto elemento justificador da nova forma de legitimação, que repousa a compreensão da gênese neoclássica. No capitalismo, pode-se considerar que o desenvolvimento industrial, a ciência, a técnica e a revalorização do capital se confundem em um único sistema. Esta perspectiva aponta – apesar dos interesses sociais determinarem a direção, intensidade e velocidade do avanço tecnológico – para a manutenção do sistema como um todo, ocultando a revalorização privada do capital e a distribuição das compensações sociais. Dessa forma, a evolução do sistema parece estar determinada pela lógica do progresso científico-tecnológico. De forma eficaz, a tecnocracia impõe as regras técnicas como normas orientadoras da ação em detrimento de ações pautadas em normas sociais, e substitui a autocompreensão culturalmente determinada de um mundo social de vida pela autocoisificação dos homens, sob as categorias de ação racional dirigida a fins e do comportamento

adaptativo. Isto corresponde não só à perda da diferença entre a ação racional instrumental e a interação na consciência das ciências do homem como também na própria consciência humana. Esta nova sociedade industrial parece se aproximar cada vez mais de um tipo de controle de comportamento que é dirigido por estímulos externos que por normas interiorizadas pelos indivíduos.

Este é o papel que assume a economia neoclássica, enquanto elemento de legitimação tardia do novo sistema de dominação, não só através da utilização do método das ciências que aparentam determinar o progresso da sociedade mas também ao desconsiderar os aspectos normativos do comportamento humano, adequando-se ao modelo de racionalidade instrumental que está no bojo do novo sistema de organização da sociedade.<sup>2</sup> Dessa forma, compreende-se a sua emergência como elemento que legitima o procedimento das relações de troca na esfera do conhecimento sistematizado, que se define tardiamente pela necessidade de, anteriormente a este conhecimento, ter ocorrido a institucionalização das demais formas de legitimação, principalmente as que definiram a nova ordem social “por baixo”.

A tarefa metodológica que se impõe é buscar como o programa de pesquisa neoclássico conseguiu, em sua origem, estabelecer um núcleo onde a racionalidade instrumental seja o motor do comportamento humano. Para tanto, lança-se mão da Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica, de Imre Lakatos.

### *3. A Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica*

Lakatos, caso devesse ser inserido em alguma tradição de pensamento, com certeza seria considerado um pós-positivista, herdeiro da tradição popperiana de desenvolvimento do conhecimento. O termo pós-positivista refere-se ao repúdio veemente expresso por Popper às tentativas de vinculá-lo ao positivismo lógico austríaco. De fato, Popper nunca adotou uma teoria de significado do tipo positivista. Seu objetivo era separar a ciência da metafísica, sem desconsiderar a segunda, tema desenvolvido

exaustivamente em seu principal livro, *A Lógica da Investigação Científica* (1974).

Popper considera que não se pode justificar logicamente uma teoria através de razões empíricas, isto é, não se justifica a construção de uma teoria generalizando casos particulares da experiência. Assim, ele afirma que não é possível dar uma demonstração estritamente lógica das leis universais baseando-se em enunciados particulares. A partir disso, Popper avança, ao considerar todas as leis ou teorias como suposições. Assim, dentro do campo da lógica, coloca-se uma impossibilidade que só pode ser resolvida no campo da metafísica, através da indução. Diante da impossibilidade de admitir a verdade como certa, o papel da ciência será uma busca sem fim, onde as teorias podem ser apenas falseadas, nunca demonstradas.

Para Lakatos, o mérito de Popper está justamente no estabelecimento da receita metodológica: audácia nas conjecturas de um lado e austeridade nas refutações de outro (LAKATOS, 1979). No entanto, o próprio Lakatos reconhece o perigo que o falseacionismo pode acarretar, enquanto alternativa ao justificacionismo. Ao advogar por um falseamento metodológico, Lakatos considera que os enunciados singulares são tornados não-falseáveis por convenção devido a sua aceitabilidade. Esta é, por sinal, uma decisão que tem um determinismo psicológico, mas não há ilusões a respeito de provas experimentais: as técnicas estão permeadas por teorias falíveis, que apesar disso, são aplicadas como conhecimento não problemático, isto é, conhecimento que é dado como verdadeiro no momento de teste da teoria. Há elementos convencionais que, endossados pela comunidade científica, permitem que a decisão relativa ao valor de verdade dos enunciados tenha aceitação generalizada, assim como os elementos falseadores. Assim, é estabelecida uma “base empírica” que, em confronto com a teoria, pode gerar o falseamento. Aqui é preciso ter claro a distinção entre o falseamento metodológico e o dogmático: o falseamento metodológico não tem a conotação de refutação, como o falseamento dogmático. No entanto, o que o falseacionista metodológico propõe é justamente uma forma de eliminação de teorias, sob o risco de o crescimento da ciência ser um caos cada vez maior. É nesse sentido que há a separação entre rejeição e refutação; como consequência, emerge um novo critério de demarcação: serão consideradas científicas as teorias que, pro bem certos estados de coisas observáveis e, portanto, podem ser fal-

seadas ou rejeitadas ou, pelo lado inverso, uma teoria é científica se possuir uma base empírica.

Assim, Lakatos concebe um instrumento que reduza o convencionalismo arbitrário na demarcação científica, a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica – MPPC, que são conjuntos de teorias que se encaixam de forma progressiva ou degenerativa, segundo o acréscimo respectivo de conteúdo empírico adicional ou de hipóteses e ajustes “ad hoc”. Os programas de pesquisa consistem em regras metodológicas, constituídos de um núcleo rígido, protegido por um cinturão de hipóteses auxiliares, que devem suportar o ataque dos testes. O conteúdo do núcleo rígido<sup>3</sup> é irrefutável por convenção metodológica dos pesquisadores e nele está contido um conjunto articulado de sugestões e pistas de como deveriam ocorrer as mudanças de variáveis refutadas do programa. No cinturão protetor encontra-se uma cadeia de modelos simuladores da realidade, cuja construção é direcionada pelo conteúdo do núcleo rígido. Estes modelos tendem a ser substituídos ao longo do tempo, o que implica em um avanço lento na sua construção. É neste momento que o esquema proposto por Lakatos mais se assemelha ao conceito de ciência normal de Kuhn:<sup>4</sup> a temporalidade na construção do cinturão protetor gera um aspecto verificacionista ao processo, se bem que Lakatos lembre que:

(...) qualquer verificação da *n*-ésima-primeira versão do programa é uma refutação da *n*-ésima versão [mas que] são as “verificações” que mantêm o programa em andamento, apesar dos casos recalcitrantes (LAKATOS, 1979, p. 168).

Lakatos considera que a ciência normal nada mais é do que um programa de pesquisa que logrou monopólio. A verdadeira história da ciência

(...) tem sido, e deve ser, uma história de programas de pesquisa competitivos (ou, se quiserem, de “paradigmas”), mas não tem sido, nem deve vir a ser, uma sucessão de períodos de ciência normal (LAKATOS, 1979, p. 191).

A mudança de um programa de pesquisa para outro se dá através da rivalidade, onde um novo programa consegue explicar os sucessos do programa antigo<sup>5</sup> e, simultaneamente, antecipa teoricamente fatos novos

em seu crescimento. É, portanto, na sucessão de teorias e não em uma determinada teoria que se pode avaliar se esta é ou não científica, pois muitas vezes, a antecipação acima citada só pode ser vista após um longo período. Por outro lado, um programa de pesquisa emergente pode começar explicando fatos antigos de uma forma nova e somente no futuro produzir fatos genuinamente “novos”.

O confronto entre dois programas de pesquisa, inicialmente, mostra cada um abordando diferentes aspectos da questão. No entanto, medida que eles se expandem, um invade terreno do outro e, nesta batalha, um é derrotado. Mas, tal programa não deve ser considerado morto: um programa, mesmo que “maduro”, pode resistir, através de inovações que expandam seu conteúdo, ainda que não logrem sucesso empírico. Outro elemento que merece destaque por parte do autor é a ideia de a ciência como um processo contínuo, onde a luta pela sobrevivência se dá entre programas de pesquisa e não entre teorias isoladas; esta é a única forma de reconstrução racional do conhecimento científico.<sup>6</sup> Isso descarta a ideia de que um programa de pesquisa dado como morto não possa eventualmente ressurgir, devidamente revisado em seus pontos fracos, principalmente quando o programa considerado como vitorioso começa a demonstrar insuficiências, tanto referentes ao seu núcleo rígido como ao seu cinturão protetor.

### 3. A Gênese do Programa Neoclássico

Em 1870, é publicado *A Teoria da Economia Política*, do inglês William Stanley Jevons. Este livro, que impressiona pelo uso do cálculo infinitesimal como principal instrumento de análise, estaria destinado, dentro do pensamento econômico, a ser considerado um dos marcos da chamada escola neoclássica, juntamente com Menger e Walras. A grande novidade, no entanto, como o próprio autor frisa logo no primeiro capítulo, está na demonstração de que o valor das mercadorias não está no trabalho, como propugnava Smith e seus seguidores, mas sim na utilidade. E por se tratar de uma variável que pode ser quantificada, nada mais lógico do que lançar mão do instrumental matemático. Jevons considera que todas as variáveis relevantes para o estudo econômico (prazer, sofri-

mento, trabalho, utilidade, valor, riqueza, moeda, capital) s o pass veis de serem quantificadas, ainda que n o existam formas de mensuraç o direta. Por outro lado, a racionalidade do cálculo entre o prazer e a dor está internalizada em todos os indiv duos e é ela que os induz a comprar e vender, trabalhar e repousar, consumir e produzir. Em outras palavras, ao realizar qualquer um desses atos, há um motivo que deve estar orientando o indiv duo no sentido de obter prazer ou afastar a dor. No caso, por exemplo, de uma compra, o preço que este indiv duo estiver disposto a pagar deve guardar relaç o direta com a quantidade de prazer que este bem pode fornecer. Ainda no primeiro cap tulo, Jevons explicita um voto de crença na teoria utilitarista como referencial de comportamento humano, ressaltando que economia cabe os sentimentos hierarquicamente inferiores, localizados em uma escala de sentimentos espirituais, morais e físicos ou corporais. Nesse sentido, o cálculo utilitarista envolve apenas a satisfaç o das necessidades ordinárias ao menor custo de trabalho.<sup>7</sup>

Para a teoria econ mica em construç o, esta interpretaç o do comportamento humano através do princ pio da utilidade é uma verdadeira “m o na luva”, pois elimina a inc moda discuss o da multiplicidade de comportamentos morais, sobre o que deve ou n o ser considerado relevante na objetivaç o do comportamento humano, enfim, sobre o bom e o mau. Conforme salienta Lux (1993), n o se trata mais de considerar diferenças qualitativas entre prazeres de diferentes espécies, mas sim de quantidades, intensidades e duraç es distintas, todas pass veis de contabilizaç o:

A exig ncia de discriminaç o entre o bom e o agradável, ou entre a verdade e as inclinaç es puramente pessoais, passou cada vez mais a ser vista apenas como uma diferença de quantidade de prazer. Inspirando-se em óbvias liç es da ci ncia, o economista utilitarista concluiu que o que é bom consiste no que é agradável, e que é mau, no que é doloroso. (Lux 1993, p. 160).

Ao adotar o referencial prazer-dor, todo o dilema moral e a subsequ ente conduta do indiv duo acaba por ser reduzida a um sistema binário; a condiç o humana fica ela toda reduzida ao falso princ pio da busca da felicidade, onde o comportamento é pavloviano e os est mulos, eletrochoques sociais. Esta abertura é exaustivamente aproveitada por Jevons:

(...) a teoria exposta aqui deve ser apresentada como a *mecânica da utilidade e do interesse individual*. (...) Seu método é tão seguro e concludente quanto aquele da Cinemática ou da Estatística, e além do mais, quase tão evidente quanto os elementos de Euclides, quando se aprende plenamente o significado real da doutrina. (JEVONS, 1987, p. 37).

Isto demonstra de forma cabal a ambição do autor em elevar a ciência econômica ao mesmo “status” das demais ciências exatas. Jevons admite que o material disponível para atingir esta meta pode apresentar imperfeições, pois é o resultado da atividade humana, mas as leis que dele forem derivadas não devem ter esta contaminação. O erro tem, neste caso, uma natureza instrumental e não moral. O que ele não pode pôr em questão são as decisões que cada indivíduo toma no sentido de garantir a sua sobrevivência, sob o risco de inviabilização de seu projeto lógico. Assim, todos precisam se comportar no sentido de dar substância ao que ele imagina ser o problema da economia, isto é,

Satisfazer ao máximo as nossas necessidades com o mínimo de esforço – obter o máximo do desejável – custa do mínimo indesejável –, ou, em outras palavras, *maximizar o prazer* (...) (JEVONS, 1987, p. 47).

Portanto, a restrição imposta é essencialmente céptica, pois sua validade normativa assume um caráter imperativo.<sup>8</sup> Jevons, na ansiedade de eliminar os problemas decorrentes da diversidade comportamental do homem, cai em uma contradição que se arrastará por toda a ciência econômica. Esta fica evidente quando observa-se a seguinte afirmação:

(...) Na ciência econômica tratamos os homens não como deveriam ser, mas como são. (JEVONS, 1987, p. 48).

Mas os homens de Jevons são apenas seres adestrados na busca da felicidade a qualquer custo (desde que seja mínimo). Em relação à moralidade, afirma o autor:

Um cálculo superior da Moral do certo e do errado seria necessário para mostrar como ele pode empregar da melhor maneira aquela riqueza para o bem tanto de outros como de si mesmo. Mas quando esse cálculo superior não estabelece nenhuma proibição, precisamos

do cálculo inferior para obtermos o maior bem termos de indiferença moral. (JEVONS, 1987, p. 40).

Esta passagem cria a ilusão que o conceito de “mólo invisível” não tem crédito no pensamento jevoniano, pois seria possível, através de procedimentos matemáticos, estabelecer leis que demonstrem como isso se dá. Mas, tal questão está fora do escopo da ciência proposta pelo autor, pois, como ele próprio afirma, são os valores morais não ordinários. Por outro lado, a expressão “indiferença moral” acaba soando como um maneirismo, pois, como foi aqui demonstrado, trata-se de uma ausência de moralidade enquanto condição necessária à construção do cinturão protetor do programa de pesquisa do qual Jevons é um dos fundadores.

Esse ceticismo moral que emerge na economia tem profundas consequências, pois acaba por distanciá-la de qualquer pretensão de ciência social. Como afirma Habermas, o economista, como qualquer céptico,

(...) pode comportar-se, em face da própria cultura, como um etnólogo que assiste cheio de pasmo as argumentações filosóficas, como se estas fossem o rito incompreensível de uma tribo estranha. (HABERMAS, 1989, p. 122).

Ao céptico, qualquer possibilidade de consideração moral só é possível se ela tiver o mesmo caráter do conhecimento do mundo físico. Essa estreiteza imposta pelo positivismo impede-o de considerar a amplitude das relações normativas que orientam a conduta entre os agentes. Assim, o seu referencial teórico não consegue incorporar uma compreensão crítica dos atos humanos ou quando tenta, acaba esbarrando em limitações que precisam ser contornadas por complicados modelos. A pretensão de validade que o programa neoclássico tenta imprimir ao princípio da utilidade é fundada na ideia de que este princípio “é bom para todos”. Mas esta norma precisa ser justificada, sob o risco de seus praticantes não discernirem entre esta e as demais normas de conduta que sejam igualmente boas. No caso de Jevons, é impossível construir esta justificativa; a única alternativa é admitir de forma incontestável as máximas de conduta expressas por Bentham.

Da mesma forma, é possível perceber como Carl Menger, em *Princípios de Economia Política* (MENGER, 1987) e Léon Walras, no livro *Compêndio*

do *Elementos de Economia Política Pura* (WALRAS, 1988), esbarram no mesmo problema já discutido caso de Jevons. No entanto, a particularidade que diferencia estes dois autores é que essa limitação é dada, exclusivamente na definição do método da ciência econômica, desprovido, portanto, de reflexões morais como no caso do autor inglês.

Para Menger, o objetivo da economia política está na investigação das condições onde os homens desenvolvem suas práticas produtivas que garantam o atendimento de suas necessidades. Nesse sentido, ele defende o uso do método de pesquisa das ciências naturais, o método empírico. Na introdução dos *Princípios de Economia Política*, Hayek ressalta a defesa que Menger faz de um método de pesquisa individualístico ou atomístico, desenvolvido no livro *Inquirições Sobre o Método das Ciências Sociais e da Economia Política em Particular*, publicado em 1883, como uma resposta crítica desenvolvida pela escola histórica alemã quanto ao seu método de investigação. Afirma Hayek:

O que nos autores clássicos da Economia Política permanecia como uma espécie de mistura, um meio-termo entre postulado ético e instrumento metodológico, Menger preferiu desenvolvê-lo sistematicamente neste último sentido (...) (HAYEK, 1987, p. 223).

A questão relevante é, portanto, procurar qual o processo que permitiu Menger livrar-se dos escrúpulos morais e avançar na proposta de individualismo metodológico. Algumas pistas são fornecidas por Rudolf Haller, em seu livro *Wittgenstein e a Filosofia Austríaca* (1990). Ao defender a tese de uma escola filosófica austríaca independente, Haller aponta para o que seria a origem desta tradição: Franz Brentano, que, em 1866, já teria afirmado: “O verdadeiro método da filosofia não é nenhum outro do que o das ciências naturais.” Para Haller, essa afirmação define que a separação entre uma ciência empírica e uma ciência transcendental deixa de existir em favor do empirismo e que, conseqüentemente, o padrão científico a ser adotado deve ter o mesmo rigor daquele desenvolvido pelas ciências naturais. Haller considera que a filosofia kantiana nunca teve penetração no pensamento austríaco, tendo este desenvolvido, em oposição, uma linha realista.<sup>9</sup>

Estas indicações sobre o clima intelectual austríaco — época de Menger ajudam a compreender como foi possível ao autor desenvolver

sua teoria econômica distante do problema moral que atormentou Jevons. Em nenhum momento, nem Haller e nem Hayek afirmam que Menger tenha sido influenciado diretamente pela postura filosófica de Brentano, mas parece pouco provável que o primeiro tenha se mantido imune a esta tradição, surgindo para a história do pensamento econômico como um autor autônomo. Por outro lado, uma possível influência de John Stuart Mill sobre o pensamento austríaco e europeu, que, como Haller afirma, carece de uma investigação mais profunda (HALLER, 1990, p. 22), possibilita vislumbrar uma ponte entre os autores neoclássicos que mereceria uma maior investigação, no sentido de esclarecer se o programa neoclássico tem, como tem sido tratado pela economia, uma origem independente.

Uma das marcas do programa neoclássico é a necessidade que seus autores têm em distinguir a arte da ciência econômica. Blaug (1973) denomina este fato de profissionalização da economia e considera como sendo um dos elementos que definiram o sucesso desta nova teoria. Mas esta questão aparece de forma assimétrica entre os dois autores já tratados; de fato, é em Walras que tal distinção assume a sua forma definitiva. Em seu *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*, toda a primeira seção é dedicada a esta distinção. Walras inicia sua argumentação considerando as insuficiências das definições de Economia Política dadas por seus antecessores, principalmente Smith e Say. Sobre o primeiro, Walras aponta problemas tanto no objeto de estudo como em seu caráter. Para ele, Smith expressa uma valorização prejudicial à ciência quando afirma que Economia Política se propõe a propiciar rendimentos abundantes ao povo e comunidade ou ao Estado, no sentido de garantir o funcionamento do serviço público. Apesar de reconhecer a importância do objeto, Walras considera que a ciência econômica pura deve ser, antes de mais nada, neutra, isto é, buscar e descobrir verdades puramente científicas. Além disso, Walras considera que Smith confunde interesse e justiça, ao colocar em um mesmo nível de consideração, fornecer riqueza de forma abundante para o povo e para o Estado; para Walras há uma hierarquia nestes objetivos, sendo que o primeiro a ser destacado é a produção da riqueza dos indivíduos e depois a repartição equitativa desta riqueza entre os indivíduos e o Estado.

Quanto à definição de Say, para quem a Economia Política deve se preocupar em saber como a riqueza é formada, distribuída e consumida,

Walras aponta para uma inexatidão, ao considerar que tal definição se satisfaz com o estudo da riqueza, independente da vontade humana, como se fosse uma ciência natural. Para o autor, o homem está em constante progresso no desenvolvimento de suas relações econômicas, não porque esta seja sua história natural, mas porque age conforme seu interesse e de acordo com a justiça. De qualquer forma, Walras considera impossível para uma ciência querer ser simultaneamente natural e moral. Dessa forma, sua proposta é dividida em uma ciência natural, uma outra moral e, finalmente, uma arte.

Para Walras, a ciência se define enquanto o estudo dos fatos, suas relações e leis. Para o autor, há dois tipos de fatos: aqueles derivados da natureza e assim denominados fatos naturais e os fatos humanos, originados da própria ação do homem. Os primeiros são objetos da ciência pura propriamente dita. Quanto aos fatos humanos, Walras divide-os em dois grupos: os fatos que o homem estabelece com o mundo das coisas e os fatos que são estabelecidos entre os próprios homens. O primeiro grupo é o objeto da ciência aplicada ou arte, enquanto que o segundo, da ciência moral. No estudo da riqueza, qual destas ciências deve contribuir? Para responder essa pergunta, Walras primeiro define o conceito de riqueza como sendo o conjunto de coisas que são raras, no sentido de se mostrarem, simultaneamente, úteis e em quantidade limitada. Por terem estas características, estas coisas são passíveis de apropriação, valorização, permuta e produção industrial. Deste conceito de riqueza, Walras deriva três fatos que são passíveis de estudo: o valor de troca, a produção industrial e a propriedade. Destes, é o valor de troca que se revela como sendo um fato natural, pois se uma mercadoria tem valor, é porque esta é rara, útil e limitada frente a uma outra, cujo valor seja menor. A expressão dessa comparação se materializa no ato de troca. Portanto, é sobre as trocas que a economia política pura deve se debruçar, utilizando-se do método matemático, uma vez que o valor de troca é uma grandeza avaliável. Assim,

(...) a Economia Política Pura deve tomar da experiência tipos de troca, de oferta, de demanda de mercado, de capitais, de rendas, de serviços produtivos, de produtos. Desses tipos reais deve abstrair, por definição, tipos ideais e raciocinar sobre estes últimos, só retornando à realidade depois da ciência feita e tendo em vista aplicações. (WALRAS, 1988, p. 27).

Desta forma, Walras acaba por separar a ciência econômica da moralidade. Não que o autor renegue tal problema; trata-se de uma “limpeza” do núcleo rígido do programa, como se a esfera do mundo das trocas fosse destituída de qualquer impregnação carnal. São as formas puras, matematicamente expressas. O que Walras propõe, ao querer avançar na discussão sobre a ciência moral, é um jogo que ele sabe já ter ganhado previamente, pois será disputado nos termos de sua ciência pura. O homem poderá ser julgado de moralmente incorreto se não estiver se comportando de acordo com os tipos ideais estabelecidos pela ciência pura. Esse julgamento equivale à redução imposta por Jevons ou mesmo a desconsideração moral de Menger: há apenas um único tipo de homem que pode ser concebido: aquele que não é. Enfim, a está o principal elemento do núcleo rígido do programa neoclássico.

Desta maneira consolidada no programa neoclássico, a racionalidade instrumental estaria destinada a, plagiando Adam Smith, causar barulho no mundo. De sua aceitação depende toda a validade do instrumental de análise econômica construído pela maioria dos programas e subprogramas derivados desse núcleo. Ao longo do tempo, estes subprogramas foram se especializando, ao ponto de hoje seus adeptos considerarem-se em campos distintos da ciência. De qualquer forma, é impossível negar a expansão da ciência econômica sobre estes trilhos. Graças a este crescimento, o discurso da racionalidade instrumental expandiu-se por diversos subsistemas de ação racional, inclusive dentro da tecnocracia estatal, na medida em que economistas são chamados a compor o quadro de burocratas cuja principal função é a tecnificação das ações estatais. Essa é uma contradição que precisa ser ressaltada, pois, ao ser incorporado na burocracia estatal, o economista acaba contribuindo para a funcionalidade do Estado enquanto legitimador da ordem capitalista, onde a ideologia dominante não é mais a reciprocidade das trocas e do funcionamento dos mercados, mas por um programa substituto que se orienta, de um lado, pelo primado da ciência e tecnologia e, por outro, pelas consequências sociais da assimetria existente no processo de trocas. Assim, ele é conduzido a tomar decisões que vão de encontro aos preceitos descritos pela economia neoclássica e acaba sendo considerado por seus pares como um traidor da ciência. É nesse aspecto que o programa neoclássico mostra sua dificuldade histórica: ao ser concebido como um elemento legitimador de uma ideologia que já não está presente nas espe-

ra dos subsistemas sociais, sua agonia traduz-se em embates contra o intervencionismo estatal e pela desregulamentação dos espaços sociais de produção. É dessa agonia que, espera-se, surjam novos programas de pesquisa que possam superar tais problemas.

### Notas

- \* Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo.
- <sup>1</sup> As considerações seguintes são baseadas em Habermas (1987).
- <sup>2</sup> “Na consciência tecnocrática, não se reflecte a anulação de uma conexão ética, mas a repressão da ‘eticidade’ como categoria das relações vitais em geral. (...) O núcleo ideológico desta consciência é a *eliminação da diferença entre praxis e técnica* (...)” (HABERMAS, 1987, p. 81-82).
- <sup>3</sup> Lakatos salienta que um programa de pesquisa com um núcleo metafísico em nada difere de um outro com núcleo refutável, exceto pelo nível lógico, mas tal escolha não deixa de ser uma possível convenção.
- <sup>4</sup> Para Kuhn, o desenvolvimento científico progride em condições que, dominado por um determinado paradigma, são essencialmente verificacionistas, pois a ciência avança aumentando o conteúdo empírico que corrobora o paradigma. A mudança é caracterizada por um momento de “crise” do paradigma dominante, quando emergem novas teorias, caracterizando o momento de revolução científica, se o antigo paradigma é derrotado.
- <sup>5</sup> Lakatos observa que, em um programa degenerado, há uma “(...) proliferação de ‘fatos’ contraditórios e que o uso de uma teoria falsa pode levar a proposições factuais contraditórias, resultados incongruentes” (LAKATOS, 1979, p. 202).
- <sup>6</sup> A reconstrução racional é uma das etapas de um estudo de caso histórico; o outro momento é a confrontação dessa reconstrução com a história real seguido da crítica, tanto da reconstrução, por ausência de historicidade, como da história, por falta de racionalidade (LAKATOS, 1979, p. 169).
- <sup>7</sup> O conceito de utilidade foi expresso por um outro inglês, Jeremy Bentham, nas obras *A Psicologia do Homem Econômico* (1978) e *Uma*

- Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* (1979). Na segunda obra, encontra-se a seguinte definição: “(...) Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem em aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou comprometer a referida felicidade.” (BENTHAM, 1979, p.4).
- <sup>8</sup> “(...) o que de fato se exprime na validade de norma é a autoridade de uma autoridade *universal, partilhada* por todos os concernidos, vontade essa que se despiu de toda qualidade imperativa e assumiu uma qualidade moral porque apela a um interesse universal que se pode constatar *discursivamente*, e que, por conseguinte, pode ser apreendido *cognitivamente* e discernido na perspectiva do participante.” (HABERMAS, 1989, p. 95). Para o autor, há um antagonismo expresso entre a justificativa da norma e a ausência de seu sentido cognitivo.
- <sup>9</sup> A respeito desta tradição realista austríaca, Haller afirma que ela já estava presente em trabalhos anteriores aos de Brentano, desenvolvidos por Johann Friedrich Herbart (1776-1841) e Bernard Bolzano (1781-1848).

### Referências bibliográficas

- BENTHAM J. (1978). *Escritos Econômicos*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_ (1979). *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores).
- BLAUG, M. (1988). Kuhn Versus Lakatos ou Paradigmas Versus Programas de Pesquisa na História da Economia. In: Bianchi, A. M. (Org). *Metodologia da Economia: Ensaios*. São Paulo: IPE/USP.
- BLAUG, M. (1973). Was There a Marginal Revolution? In: Black, Coats and Goodwin (Ed.). *The Marginal Revolution in Economics*. Durham, Duke University Press.
- HABERMAS J. (1987). *Técnica e Ciência Como “Ideologia”*. Lisboa: Edições 70.
- \_\_\_\_ (1989). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- HALLER, R. (1990). *Wittgenstein e a Filosofia Austríaca*. São Paulo: EDUSP.
- JEVONS, W. S. (1987). *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas).
- LAKATOS, I. (1979). O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In: Lakatos, I. & Musgrave, A. (Org.). *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cutrix/EDUSP.
- LUX, K. (1993). *O Erro de Adam Smith*. São Paulo: Nobel.
- MENGER, C. (1987). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas).
- POPPER, K. (1974). *A Lógica da Investigação Científica*. São Paulo: Abril Cultural.
- WALRAS, L. (1988). *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo: Nova Cultural (Os economistas).